

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**  
**ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS DE ATENÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE**  
**EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA**

**NARA ROSANE FERREIRA DA ROCHA**

**MÍDIA, VIOLÊNCIA E CRIANÇA: UMA ANÁLISE NO SERVIÇO SOCIAL**

**SÃO BORJA**

**2021**

**NARA ROSANE FERREIRA DA ROCHA**

**MÍDIA, VIOLÊNCIA E CRIANÇA: UMA ANÁLISE NO SERVIÇO SOCIAL**

Artigo apresentado ao Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Especialização em Políticas de atenção à crianças e adolescentes em situação de violência (ECASVI) da Universidade Federal do Pampa como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista em Políticas de atenção à criança e adolescente em situação de violência.

Orientadora/o: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Monique Bronzoni Damascena

**SÃO BORJA**

**2021**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

R672m Rocha, Nara Rosane Ferreira da  
MÍDIA, VIOLÊNCIA E CRIANÇA: UMA ANÁLISE NO SERVIÇO SOCIAL /  
Nara Rosane Ferreira da Rocha.  
20 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Especialização)--  
Universidade Federal do Pampa, ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS DE  
ATENÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA, 2021.  
"Orientação: Monique Bronzoni Damascena".

1. INTRODUÇÃO. 2. MÍDIA E AS LEIS BRASILEIRAS DE PROTEÇÃO A  
CRIANÇA. 3. VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E SEXUAL: TIPOS DE VIOLÊNCIA  
QUE SE DESTACAM NA DISCUSSÃO SOBRE A RELAÇÃO DA MÍDIA E A  
CRIANÇA. 4. LEVANTAMENTODA TEMATICA NOS ARTIGOS CIENTIFICOS E  
TESES NA ÁREA DO SERVIÇO SOCIAL. 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS. I.  
Titulo.

**NARA ROSANE FERREIRA DA ROCHA**

**MÍDIA, VIOLÊNCIA E CRIANÇA: UMA ANÁLISE DO SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Especialização em Políticas de Atenção à Criança e Adolescente em Situação de Violência da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista em Políticas de Atenção à Criança e Adolescente em Situação de Violência.

Trabalho de conclusão de curso defendido e aprovado em: 22 de setembro de 2021.

Banca examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra Monique Bronzoni Damascena  
Orientadora  
(Unipampa)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra Simone Barros de Oliveira  
(Unipampa)

---

Dr. Charles Machado Hoepner  
(Prefeitura de

Farroupilha/CREAS)



Assinado eletronicamente por **MONIQUE BRONZONI DAMASCENA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 22/09/2021, às 20:23, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **SIMONE BARROS DE OLIVEIRA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 22/09/2021, às 20:25, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Charles Machado Hoepner, Usuário Externo**, em 23/09/2021, às 16:14, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0619972** e o código CRC **E239C3E7**.

# MÍDIA, VIOLÊNCIA E CRIANÇA: UMA ANÁLISE NO SERVIÇO SOCIAL

Nara Rosane Ferreira da Rocha<sup>1</sup>

Monique Bronzoni Damascena<sup>2</sup>

## RESUMO

Este artigo tem como propósito apresentar os resultados da pesquisa que envolveu a temática mídia, criança e violência. O objetivo da pesquisa foi apreender a possível relação da mídia com a violência contra crianças, tendo como base as produções bibliográficas - artigos científicos - na área do Serviço Social. O levantamento das produções bibliográficas foi através das revistas com qualis A1 e A2 e teses da área do Serviço Social. O universo das produções revistas com Qualis A1 foi de 12 artigos, em quatro revistas e nas revistas com Qualis A2 foram encontrados 20 artigos em nove revistas, portanto temos um total de 32 artigos. No levantamento das Teses e Dissertações o universo foi de 130 teses. Para dar conta do objetivo da pesquisa foi feita uma busca nos artigos e teses, por meio dos descritores: mídia, criança e violência. A partir disso, foi encontrado apenas (1) um artigo com Qualis A1. Portanto, como resultado foi encontrado apenas um artigo, do qual inviabilizou a realização do restante da pesquisa. Compreendeu-se que não há informações suficientes para responder aos objetivos desta pesquisa e que se fez necessário apresentar como resultado o levantamento das produções bibliográficas (artigos e teses).

Palavras - chaves: Criança, mídia e violência

## ABSTRACTO

Este artículo tiene como objetivo presentar los resultados de la investigación que involucró el tema medios, niñez y violencia. El objetivo de la investigación fue aprehender la posible relación de los medios de comunicación con la violencia contra los niños, a partir de producciones bibliográficas - artículos científicos - en el

---

<sup>1</sup> Bacharel em Serviço Social. Pós-Graduanda do Curso de Especialização em Políticas de Atenção à Criança e Adolescente em Situação de Violência, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) São Borja- RS. E-mail: nararosanesaucedo@gmail.com

<sup>2</sup> Assistente Social, mestra e doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social - PPGSS/PUCRS. Orientadora do trabalho. E-mail: moniquedamascena@unipampa.edu.br

área de Trabajo Social. El relevamiento de producciones bibliográficas se realizó a través de revistas con calificación A1 y A2 y tesis y disertaciones en el área de Trabajo Social. El universo de producciones revistas con Qualis A1 fue de 12 artículos, en cuatro revistas y en revistas con Qualis A2 se encontraron 20 artículos en nueve revistas, por lo que tenemos un total de 32 artículos. En la encuesta de Tesis y Disertaciones, el universo fue de 130 tesis. Para dar cuenta del propósito de la investigación, se realizó una búsqueda en artículos y tesis, utilizando los descriptores: medios de comunicación, niñez y violencia. A partir de esto, solo se encontró un artículo con Qualis A1. Por tanto, como resultado, solo se encontró un artículo, lo que imposibilitó la realización del resto de la investigación. Se entendió que no existe suficiente información para responder a los objetivos de esta investigación y que fue necesario presentar como resultado el relevamiento de producciones bibliográficas (artículos y tesis).

Palabras clave: Infancia, medios y violencia.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa discutir sobre a violência contra crianças e sua relação com a mídia nas produções de conhecimento do Serviço Social. Destaca-se que a escolha por esta temática se deu por conta de ser um assunto ainda pouco abordado pela categoria profissional, assim como, evidencia-se que os limites e possibilidades para garantir a proteção das crianças sobre essa temática ainda precisam ser estudados e debatidos.

Ressalta-se que a tecnologia vem se desenvolvendo cada vez mais, no caso, a mídia se faz bastante presente na vida das crianças, seja no uso de computadores, celulares, televisores, videogames, etc. Diante disso, pode-se afirmar que os meios eletrônicos são algo cotidiano das crianças, provocando tanto emancipação como também alienação do sujeito. Nesse sentido, o estudo é de suma importância, pois as crianças são seres que estão em formação, não apenas em sua personalidade, mas também em estrutura, absorvendo assim consequentemente tudo aquilo que tem acesso no mundo das redes sociais.

Com este contexto, gerou-se o seguinte objetivo geral: *apreender a possível relação da mídia com a violência contra crianças, tendo como base as produções bibliográficas - artigos científicos - na área do Serviço Social.*

A partir do objetivo geral, emergiu-se outros objetivos, dos quais será apresentado neste artigo os resultados do levantamento das produções bibliográficas que debatem sobre as categorias violência e mídia relacionadas às crianças e a verificação na produção bibliográfica levantada os possíveis impacto da mídia sobre crianças, e se esses impactos se manifestam em forma de violência.

Os procedimentos metodológicos da pesquisa foram do tipo qualitativa, exploratória e bibliográfica. O levantamento das produções bibliográficas foi realizado em artigos científicos na área do Serviço Social com Qualis A1 e A2 e, também, foi realizado o levantamento de teses no *Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES*.

A estrutura do artigo está organizada da seguinte forma: o primeiro momento aborda sobre a mídia e as legislações existentes no Brasil que visam a proteção da criança em relação à mídia. Posteriormente, o terceiro capítulo que discute sobre a violência estrutural e sexual, os tipos de violência que se destacam na discussão sobre a relação da mídia com a criança. No quarto momento, apresenta o levantamento dos artigos e teses na área do Serviço Social, trazendo o resultado do levantamento. E, por fim, as considerações finais, apresenta algumas ponderações sobre a temática e o resultado da pesquisa.

## **2 MÍDIA E AS LEIS BRASILEIRAS DE PROTEÇÃO A CRIANÇA**

A mídia<sup>3</sup> é um conjunto de meios de comunicação que oferecem a informação e o entretenimento, os mais utilizados são a internet, jornal e a televisão. Destaca-se que as crianças têm uma forte ligação com a mídia em diferentes países e regiões do mundo, mas é importante estar atento ao que ela vem oferecendo e transmitindo ao público infantil, pois são sujeitos em formação e que estão mais propícios a violência.

---

<sup>3</sup> A palavra mídia foi um termo que se aportuguesou de 'media', plural de 'medium', que em inglês significa meios, e refere-se principalmente aos meios de comunicação. Foi aparentemente retirada da expressão mas media, que se tornou muito popular ao longo do século XX, e trata de meios de difusão de informação massiva - como imprensa, televisão, rádio, internet, etc. Entretanto, este termo pode designar tanto as linguagens relacionadas a estes meios quanto aos veículos de comunicação em si que sustentam suas respectivas linguagens e desencadeiam uma importante discussão de como/quanto estes agem sobre a própria mensagem comunicada (o meio é a mensagem!?). (LAURENTIZ, 2013, p. 309).

Nesse sentido, pensar a cultura infanto-juvenil emergente significa pensar a criança e o jovem como produto e sujeito de uma sociedade tecnológica. Produto, porque as crianças e os jovens de hoje, nasceram e vêm se constituindo, dentro de um universo povoado por uma série de objetos, instituições e relações determinadas a partir das transformações decorrentes dos avanços tecnológicos, em especial dos meios de comunicação, uma vez que dela se apropriam, fazendo uso de maneira própria. (MAREUSE, 2007, p. 48).

Desta maneira, a mídia está presente cotidianamente na vida das crianças<sup>4</sup>, elas nascem imersas na televisão, no celular e na internet, e ficam ligadas na maior parte do seu tempo. Neste sentido, é importante salientar que os meios de comunicação podem influenciar tanto de forma positiva, estimulando sua criatividade e seu senso crítico, assim como de forma negativa na vida das crianças, prejudicando o seu rendimento escolar e sua vivência social, por exemplo.

É importante constatar as novas dimensões que o debate relativo à influência da TV sobre o comportamento infantil, já decorrente de algumas décadas, atualmente vem assumindo. O acesso aos meios de comunicação tem sido reconhecido como um direito de crianças e jovens, na medida em que lhes proporcionam informação e participação, e, dessa forma se estabelece um paradoxo, pois ao mesmo tempo em que reconhece o potencial educativo da TV, esta mesma sociedade a questiona, responsabilizando-a pela violência manifestada por crianças e jovens, seus mais assíduos telespectadores. (MAREUSE, 2007,p.13).

Vale destacar que as crianças devem ser ensinadas a articular com a mídia e devem ser supervisionadas por seus pais, de forma que venham a desenvolver um senso crítico, conforme é discutido nas cartilhas “Somos todos responsáveis” da ABAP (Associação Brasileira das Agências de Publicidade):

Em um ambiente bem regulado e controlado, sob a supervisão dos pais, muitos especialistas acreditam que a publicidade pode se dirigir às crianças sem qualquer tipo de prejuízo ao desenvolvimento e qualidade de vida delas. Afinal, vivemos em uma sociedade de consumo, cercada pela mídia. Para muitos especialistas, a ideia de isolar as crianças dessas influências sob o pretexto de protegê-las não parece apropriada para o século 21. (ABAP, 2013, p. 10).

É importante salientar que no contexto atual em que vivemos muitos dos pais e responsáveis passam maior parte do tempo no ambiente de trabalho, na intenção de sustentar a sua família, não conseguindo “monitorar” integralmente seus filhos. Desta forma, podemos compreender que a função de controle na identificação de

---

<sup>4</sup> Segundo o Dicionário Aurélio criança é ser humano de pouca idade. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) define “a criança como a pessoa até os 12 anos de idade incompletos”. (SOUZA, SOBRINHO, HERRAN, 2017, p. 121)

anúncios, programas, jogos, no uso da internet e da TV que fere os direitos da criança e traz efeitos negativos, fica sob a responsabilidade de pais e educadores, quando cita na cartilha “somos todos responsáveis”:

O fato é que o poder de persuasão da publicidade é indiscutível e já existem indícios de que a exposição prolongada de crianças à mídia pode interferir em seus hábitos alimentares e de consumo. Porém, também se argumenta com base em pesquisas, que os pais e os educadores são ainda mais fortes do que a influência da mídia e podem barrar eventuais efeitos negativos. (ABAP, 2013, p. 9).

Entende-se que se faz necessário a implantação de uma política de Estado na área midiática e não apenas sugerir conteúdos escolares para professores. A responsabilidade em trazer conteúdos de qualidade devem ser cobrados das empresas de tevê e rádio, assim como na internet, onde maior parte das crianças tem acesso.

Ressalta-se que existem vários responsáveis pela defesa e proteção da criança, dentre elas está a família, a comunidade e a sociedade em geral, mas principalmente o Estado, justamente porque é o Estado que cria legislações a favor do público infantil, como por exemplo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)<sup>5</sup>. Logo, vale salientar que o ECA em seu Art. 15 disserta que toda criança tem o direito ao respeito e a dignidade como pessoa humana em processo de desenvolvimento e como sujeito de direitos civis.

Diante disso, deve-se então considerar as leis que protegem as crianças e que requer da mídia conteúdos de qualidade. O quadro a seguir apresenta um conjunto de legislações que visam a proteção das crianças diante de conteúdos midiáticos.

**Quadro 1:** Legislações Brasileiras que englobam a proteção à criança.

Lei	Nº da lei	Ano	Art. Principais
Constituição Federal	Lei nº 13.874	1988	Art.227
Estatuto da Criança e do adolescente (ECA)	Lei nº 8.069	1990	Art. 76. Art. 147 Art. 254. Art. 255. Art. 256

<sup>5</sup>Lei 8.069, DE 13 de Julho de 1990.

Convenção sobre os Direitos da Criança	Convenção -ONU	1989	Artigo 12 Artigo 13 Artigo 17 Artigo 19 Artigo 20
Código Brasileiro de auto-regulamentação publicitária	Lei nº 4.680	1965	SEÇÃO 11 - Crianças e Jovens Art. 37
Código de defesa do consumidor	Lei nº8078	1991	SEÇÃO II- Ar. t14 § 2  Cap V: Art. 29

**Fonte:** Tabela organizada pela autora.

No quadro estão cinco legislações brasileiras que visam a proteção de crianças em relação a mídia, sendo a primeira a Constituição Federal de 1988, que coloca a família com o dever de proteger as crianças de qualquer forma de negligência, exploração e discriminação. Já a segunda é o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que evidencia as infrações e penalidades para as emissoras de rádio e TV que não obedecerem ao horário e o aviso de classificação atribuídos.

Enquanto as leis da convenção da ONU. de 1989, destacam que as crianças têm liberdade para expressar suas opiniões como também devem ser escutadas em processos judiciais. Assim como diz, em seu art. 17, que visa a garantia de acesso às informações por parte de crianças no intuito do seu bem-estar social e de sua saúde física e mental. Já no art.19, trata-se de medidas de proteção para as mais variadas formas de violência contra a criança. E, no Código de Defesa do Consumidor, na seção 11, especificamente o art. 37, fala que nenhum anúncio fará uso de apelo de consumo diretamente para a criança. O que se conclui é que há leis que tratam sobre a temática, porém não há uma regularização específica.

Apesar do arcabouço de proteção mencionado acima, a eficácia de ações concretas de restrição da publicidade encontram barreiras na ausência de uma lei específica sobre o tema. Para enfrentar esse vácuo na normatização, uma série de projetos de lei sobre o tema tramita no Congresso Nacional, sendo o principal deles o PL 5921, que restringe a publicidade dirigida à criança. De acordo com o projeto, ficaria proibida a publicidade de alimentos e bebidas não saudáveis com apelos para crianças, assim como a propaganda de bebidas alcoólicas – inclusive cerveja – com esse mesmo tipo de apelo. (ANDI, 2012, p. 116).

Como exemplo citado, de uma possível normatização específica, havia o Projeto de Lei 5921/01, que foi arquivado pela Câmara de Deputados em 2019, do qual teria algum potencial normativo no que se refere à publicidade dirigida às crianças, no sentido articular e ampliar as legislações já existentes.

Pode-se perceber que existem muitas leis que tentam proteger as crianças, porém continuam sendo insuficientes, pois as crianças seguem sendo sujeitas a ataques de publicidade e informações contidas na mídia. As crianças merecem atenção especial na regulamentação de conteúdos midiáticos, assim como uma problematização dos possíveis efeitos da mídia sobre as crianças.

Portanto, podemos considerar que a mídia influencia o comportamento infantil e interfere nos hábitos alimentares e de consumo das crianças. A violência perpassa esse ambiente das mídias, conseqüentemente haveria influência nas atitudes das crianças, levando a reproduzir em sua fase adulta, pois são sujeitos ainda em formação com princípios éticos bastante maleáveis. Diante disso, o próximo item do artigo irá abordar a violência como algo cíclico e que pode se manifestar de diversas formas, dentre elas a física, psicológica, sexual, negligência e estrutural.

### **3 VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E SEXUAL: TIPOS DE VIOLÊNCIA QUE SE DESTACAM NA DISCUSSÃO SOBRE A RELAÇÃO DA MÍDIA E A CRIANÇA**

Para conceituar o termo violência é preciso compreender que ele se encontra em vários ambientes, seja nos televisores, no esporte, na rua, na escola e na própria forma de gerir o Estado, entre outras. Faz-se portanto necessário uma maior reflexão sobre a violência estrutural e sexual, pois são esses tipos de violência que se destacaram no levantamento da bibliografia da pesquisa.

A violência estrutural é uma violência que está relacionada com a estrutura social em que estamos inseridos, seja em processos políticos e econômicos, em que a classe dominante usa determinados poderes para usufruir de privilégios, como se fosse algo natural.

Entendemos por violência estrutural, aquela que incide sobre a condição de vida das crianças e adolescentes, a partir de decisões histórico-econômicas e sociais, tornando vulnerável o seu crescimento e desenvolvimento. Por ter

um caráter de perenidade e se apresentar sem a intervenção imediata dos indivíduos, essa forma de violência aparece "naturalizada" como se não houvesse nela a ação de sujeitos políticos. Portanto é necessário desvendá-la e suas formas de reprodução através de instrumentos institucionais, relacionais e culturais. (MINAYO, P.93, 2001)

Diante disso, pode-se afirmar que a violência estrutural está relacionada com a exclusão social e econômica, visto que as crianças são vítimas de violência física, psicológica e sociais trazendo impactos ou seja, consequências para a vida desta criança que vão além da evasão escolar, uso abusivo de álcool entorpecentes, dificuldades no aprendizado, isolamento, depressão, entre outros.

Em síntese, as crianças e adolescentes são vítimas da violência estrutural, social, interpessoal, institucional, de gênero e raça, sexual, dentre outras, especialmente por estar em situação de desenvolvimento. Esse grupo de violências está enraizado na sociedade e envolvem aspectos históricos, políticos, sociais, econômicos e culturais colocam os sujeitos mais suscetíveis a outras violências.. São violências estruturantes e difíceis de serem eliminadas, portanto, colocam os sujeitos mais suscetíveis a outras violências, em situação de vulnerabilidade e risco social. (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018, p.187)

De acordo com Faleiros (2008, p. 29), “[...] o poder é violento quando se caracteriza como uma relação de força de alguém que a tem e que exerce visando alcançar objetivos e obter vantagens (dominação, prazer sexual, lucro) previamente definidos [...]”. Portanto quem detém o domínio, ou seja, está no poder determina as regras, muitas das vezes contrariando as legislações.

Desta forma, a violência pode ser compreendida como um fenômeno que se faz presente na sociedade independente de classe social, nas grandes ou pequenas cidades e em vários lugares de diferentes formas. Ela se manifesta pelo desejo de domínio do outro, de posse e de conflitos de interesse. Pois, são “manifestações [que] provocam ou são provocadas por uma forte carga emocional de quem a comete, de quem a sofre e de quem a presencia” (MINAYO, 2006, p. 13), podendo causar danos na parte física como na integridade moral.

Logo, pode-se compreender que a violência estrutural e o sistema capitalista estão interligados, já que um não existe sem o outro. Tendo em vista, que o capitalismo provoca uma série de desigualdades como “a falta de acesso à educação de qualidade, uma política fiscal injusta, baixos salários e dificuldade da população em desfrutar de serviços básicos oferecidos pelo Estado, como saúde, transporte público e saneamento básico” (MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, 2018, p. 170).

A violência sexual infantil é outro tipo de agressão ocorrida com frequência contra as crianças, podendo se expressar nas formas de abuso sexual<sup>6</sup> (intrafamiliar<sup>7</sup> e/ou extrafamiliar<sup>8</sup>), exploração sexual, tráfico de pessoas e revitimização. (CHILHOOD, 2020).

No caso do abuso sexual, se caracteriza como todo envolvimento de uma criança em uma atividade sexual na qual não compreende completamente, já que não está preparada em termos de seu desenvolvimento. Não entendendo a situação, a criança, [...] torna-se incapaz de informar seu consentimento. (OMS, 1999). Já a exploração sexual se diferencia por conta de ser um tipo de abuso que tem como objetivo uma remuneração, podendo ser por patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, ou de modo presencial, ou por meio eletrônico” (CHILHOOD, 2020, p. 39). Isto nos leva ao encontro do pensamento de Faleiros e Faleiros descrevem que:

Além de exploração econômica, a exploração sexual de crianças e adolescentes no mercado do sexo é um abuso, uma violência, uma violação de direitos e um crime. A exploração sexual comercial, por seu caráter econômico, deve ser estudada e compreendida no contexto do sistema capitalista e da sociedade do consumo globalizado e em suas articulações com as atividades econômicas dos territórios onde ocorre. (FALEIROS; FALEIROS, 2008, p. 41)

Então, pode-se considerar que essa violência está relacionada intrinsecamente com o desenvolvimento tecnológico, financeiro, dos meios de comunicação de massa, da internet e da sociedade do consumo. Sendo assim, existem diversas formas de exploração sexual que estão interligadas com as mudanças tecnológicas.

Portanto, nota-se que a criança é um sujeito em formação que precisa de cuidados, que normalmente está vulnerável às situações de violência, tornando imprescindível as mobilizações governamentais e da sociedade civil para que não se

---

<sup>6</sup> As principais são assédio sexual, abuso sexual verbal, telefonemas obscenos, exibicionismo, voyeurismo, pornografia, carícias nos órgãos genitais, tentativas de relações sexuais, masturbação, sexo oral, penetração vaginal e anal forçados. (CHILHOOD, 2020)

<sup>7</sup> A violência intrafamiliar se caracteriza por “toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de outro membro da família”. Pode ser cometida dentro ou fora de casa por algum membro da família, incluindo pessoas que passam a assumir função parental, ainda que sem laços de consanguinidade” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2001, p. 15).

<sup>8</sup> Se conceitua como “um tipo de abuso sexual que ocorre fora do âmbito familiar. Também aqui o abusador é, na maioria das vezes, alguém que a criança conhece e em quem confia: vizinhos ou amigos da família” (CHILHOOD, 2020, p. 36)

omita, mas que denuncie, já que é um sujeito que por si só não tem autonomia para buscar recursos na identificação da situação de violência.

#### **4 O LEVANTAMENTO DA TEMÁTICA NOS ARTIGOS CIENTÍFICOS E TESES NA ÁREA DO SERVIÇO SOCIAL**

Neste item serão apresentados os resultados encontrados no levantamento bibliográfico das revistas com Qualis A1<sup>9</sup> e A2<sup>10</sup> na área do Serviço Social, nas suas plataformas e sites. Como, também, foi realizada uma busca de teses no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Para ambos os levantamentos foram utilizados os seguintes descritores: mídia, criança e violência.

Para o levantamento realizado nas revistas qualis e nas teses, no primeiro momento foi realizada uma busca pelos descritores no título do artigo e ou nas palavras chaves, na tentativa de encontrar os descritores. Quando não encontrado, foi feita uma busca no resumo do artigo com os mesmos descritores.

Juntando os resultados da revista com Qualis A1 e A2, que possuem dois descritores, foram levantados 32 artigos encontrados, porém 24 deles não atenderam aos objetivos desta pesquisa, restando apenas 8 artigos que possuem dois descritores. Um artigo apresentou os três descritores, esse artigo faz parte das Revistas com Qualis A1. As revistas com Qualis A2 e as Teses não apresentam os três descritores, apenas com dois.

O resultado encontrado no Catálogo de Teses e Dissertações foi o total de 130 teses, mas apenas 2 teses estavam relacionadas a dois descritores da pesquisa, mídia e violência e 4 teses com os descritores criança e violência. Totalizando apenas 6 teses com dois descritores. A publicação mais antiga foi feita no ano de 1996 e a mais recente no ano de 2012, depois deste ano nenhuma publicação foi realizada até o momento, portanto já se fazem 9 anos.

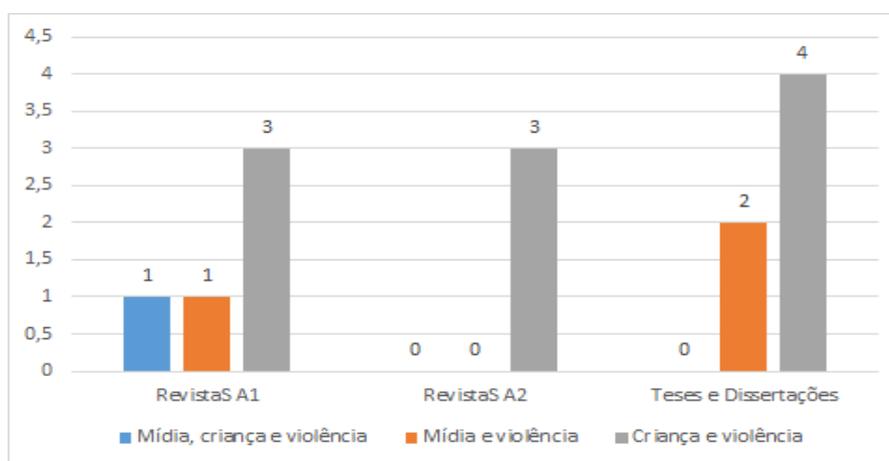
---

<sup>9</sup> As revistas pesquisas na área do Serviço Social com Qualis A1 na plataforma Sucupira <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf> encontradas foram quatro: Cadernos de Saude Publica, Ciência e Saude Coletiva, Revista Katalysis e Revista Serviço Social e Sociedade.

<sup>10</sup> As revistas com qualis A2 na área do Serviço Social encontradas também na Plataforma Sucupira, foram nove: Argumentum (Vitória), Caderno CRH (ONLINE), Estudos Avançados (ONLINE), Estudos Feministas, História, ciência, Saúde (ONLINE), Revista de Políticas Públicas da UFMA, Revista em Pauta: Teoria Social e realidade contemporânea, Ser Social e a Revistas Textos e Contextos (Porto Alegre).

Em síntese como resultado do levantamento, foram levantadas 13 produções entre artigos e teses (Figura 1), que comporiam o universo da pesquisa. Todavia, foi encontrado apenas um artigo publicado com os três descritores da pesquisa, ou seja, a amostra da pesquisa seria de apenas 1 produção. Esse resultado inviabilizou o desenvolvimento da pesquisa, por isso a importância da demonstração do levantamento como dados da pesquisa.

Figura 1: Resultado do levantamento bibliográfico nas revistas e teses, a partir dos descritores.



Fonte: Levantamento elaborado pela autora.

No gráfico, fica nítido o resultado do levantamento bibliográfico, mostram que há uma inexistência de publicações que abarquem a temática mídia, criança e violência. A maioria das produções atendem somente aos descritores criança e violência, não sendo encontrado o descritor “mídia” na publicação. Já as publicações que têm os descritores mídia e violência, tem um número baixo de publicações, mesmo não compondo o objetivo do levantamento é importante fazer esse destaque.

No que se refere às Revistas com Qualis A1, os artigos com os três descritores são da Revista Cadernos e Saúde Pública. Os três artigos que trouxeram dois descritores, criança e violência, são também da Revista Cadernos de Saúde Pública. Os outros dois artigos são da Revista Ciência e Saúde Coletiva. O um artigo com dois descritores, mídia e violência, também é da Revista Cadernos de Saúde Pública. Os resultados encontrados nas Revistas com Qualis A2, foram

artigos com dois dos descritores, criança e violência, estão na Revista Textos e Contextos (Porto Alegre).

As publicações de revistas A1 estão entre os anos de 2003 a 2017, já as publicações das Revistas com Qualis A2 estão entre os anos de 2003 a 2010, podemos perceber que já fazem quatro anos que não são publicados nenhum artigo com algumas das temáticas mídia, criança e violência. Sendo que, as revistas que tiveram maiores publicações sobre dois dos descritores são as revistas Cadernos e Saúde Pública e a Revista Textos e Contextos (Porto Alegre). Para melhor compreensão dos resultados levantados foi elaborado o Quadro 2:

Quadro 2: Resultado do levantamento bibliográfico

<b>Produções</b>	<b>Universo</b>	<b>Revisão nos títulos, palavras-chave e resumos com descritores</b>	<b>Amostra</b>
<b>Artigos</b>	32	8	1
<b>Teses</b>	130	6	-
<b>Total</b>	162	14	1

Fonte: Dados organizados pela autora.

Esse tema tem sido pouco discutido atualmente, porém sendo de grande importância que se faça a discussão, pois os meios de comunicação social fazem parte do nosso cotidiano, percebe-se a importância de uma atuação regulatória para a proteção das crianças.

O artigo que atende aos três descritores da pesquisa (mídia, criança e violência) foi escrito pela autora Tatiana Savoia Landini<sup>11</sup>, tem como título “Pedofilo, quem és? A pedofilia na mídia impressa.” Publicado em 2003, na Revista Cadernos de Saúde Pública .

---

<sup>11</sup> Para fins de conhecimento, de acordo com o Currículo Lattes( 2014, p.1) a autora é Bacharel em ciências sociais pela universidade de São Paulo (1997), mestre (2000) e doutora (2005) em sociologia pela mesma universidade. Atualmente é professora da Universidade Federal de São Paulo-campus Guarulhos, atua principalmente com os seguintes temas: violência sexual contra crianças e adolescentes e teoria sociológica (Norbert Elias).

Landini (2003), traz como objetivo do artigo encontrado, mostrar como o termo pedofilia é entendido pela Folha de S. Paulo, sendo esta uma mídia impressa de maior circulação no Brasil. A imprensa é um importante veículo de expressão das percepções sociais quanto à informação de crimes que acontecem na sociedade transformando então num problema de interesse público, portanto a mídia é uma representação socialmente significativa da realidade, podendo exercer influência no comportamento da população que está utilizando esta mídia. Portanto, a mídia segundo a autora Landini, 2003, p. 276 “não é um retrato da realidade, mas, ao noticiar certos fatos e colocar ênfase em alguns aspectos em detrimento de outros, a mídia estabelece um recorte significativo” podendo influenciar na importância dos fatos.

Os resultados encontrados pela autora Landini (2003), demonstram que a narrativa da violência sexual contra a criança é permeada pelos conceitos de classe baixa e classe alta, considerando o caso de pedofilia com pessoas da classe alta, tratada como um caso de doença mental (desvio psicológico). Relaciona, portanto, a violência no senso comum sendo fruto da pobreza, ou seja, de classes baixas.

[...] a violência sexual nas classes altas não é mais velada como antigamente; entretanto, quando vem a público, o faz de forma distinta, como uma anormalidade, uma doença individual que deve ser curada. Dessa forma, a mídia ajuda a reiterar a visão de senso comum da existência de uma dualidade na explicação da própria violência, ou seja, reitera a ideia da existência de uma violência produto de um “desvio psicológico”, relacionando essas explicações à classe social. (LANDINI, P. 81-82, 2003)

Pode-se verificar aqui uma certa discriminação para com a classe baixa, portanto segundo a autora há uma relação entre o que é noticiado e o que acontece na realidade, pois tal violência é praticada em ambientes privados e portanto o público fica sabendo ou se informando através do que a mídia impressa, neste caso, acaba por noticiar, outro ponto de atenção destacado pela autora é a possível existência de uma construção histórica e cultural sobre o que é considerado ou não como forma de violência.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As crianças são seres que estão em formação, não apenas em sua personalidade, mas também em estrutura, absorvendo assim conseqüentemente tudo aquilo que tem acesso no mundo das redes sociais. Portanto, não tem condições de compreender e avaliar os programas de tv e a publicidade lançada na mídia, seja por meio da internet.

A mídia está presente em diferentes países e regiões do mundo, mas é importante estar atento ao que ela vem oferecendo e transmitindo ao público infantil, pois são sujeitos em formação e que estão mais propícios a ataques de violência.

É importante salientar que no contexto atual em que vivemos muitos dos pais e responsáveis passam maior parte do tempo no ambiente de trabalho, na intenção de sustentar a sua família, não conseguindo “monitorar” integralmente seus filhos.

Portanto o Estado e as leis que tentam proteger as crianças, continuam sendo insuficientes pois as crianças seguem sendo sujeitos vulneráveis a ataques de publicidade e informações contidas na mídia. Por isso, se faz necessário a implantação de uma política de Estado na área midiática e não apenas sugerir conteúdos escolares para professores.

Sendo assim, as crianças que são mais afetadas pela violência são as crianças pobres, marginalizadas, sem acesso à saúde e à educação, se configurando como uma violência cumulativa e excludente, definida como violência estrutural.

O presente trabalho buscou apreender a possível relação da mídia com a violência contra criança, tendo como base as produções bibliográficas - artigos científicos - na área do Serviço Social, após ser feito o levantamento é encontrado como resultado apenas um artigo. Pode-se, portanto, considerar que não há informações suficientes para conseguir apreender a possível relação da mídia com a violência.

O artigo encontrado não fala dos possíveis impactos da mídia sobre as crianças, quando menciona a palavra mídia é no sentido de como ela expressa ou seja, notícia certos fatos, em que é feito um recorte do fato e assim atribui uma importância para tal acontecimento, a mídia mencionada no texto é a impressa - Folha de São Paulo, portanto não são as mídias tecnológicas.

Diante dos resultados da pesquisa bibliográfica em que podemos perceber que essa temática tem sido discutida muito pouco, ou quase nada atualmente, porém sendo de grande importância que se faça a discussão e que as leis

brasileiras sejam avaliadas e repensadas quando a regulação da mídia para crianças.

## REFERÊNCIAS

ABAP, Associação Brasileira das Agências de Publicidade. **As leis, a publicidade e as crianças. O que é preciso saber. O que dá para fazer.** São Paulo, 2013.

Disponível em :

<<http://www.somostodosresponsaveis.com.br/media/2013/08/03-LEIS.pdf2>>. Acesso em Novembro de 2020.

ANDI. **Direitos da infância e direito à comunicação: fortalecendo convergências nos marcos legais e nas políticas públicas.** Brasília, 2013.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.**

Disponível em. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

Acesso em 18 outubro de 2020.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente. Presidência da República, Casa Civil, 1990.** Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm)>. Acesso em Outubro de 2020.

CONAR. **Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária Código e Anexos.** São Paulo, 1978. Disponível em:

<[http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao\\_consumidor/acervo/legislacao/leg\\_constituicao\\_federal\\_leis/leg\\_cf\\_Codigos/leg\\_cf\\_c\\_conar/CodigoAuto-Regulamenta%C3%A7%C3%A3oPublicit%C3%A1ria.htm](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_consumidor/acervo/legislacao/leg_constituicao_federal_leis/leg_cf_Codigos/leg_cf_c_conar/CodigoAuto-Regulamenta%C3%A7%C3%A3oPublicit%C3%A1ria.htm)>. Acesso em Outubro de 2020.

FALEIROS, Vicente de Paula. FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que Protege:**

**Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes** / Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008, 2ª edição. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote\\_eletronico.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote_eletronico.pdf)>. Acesso em: Fevereiro de 2021.

LANDINI, Tatiana Savoia . **Pedófilo, quem és? A pedofilia na mídia impressa.**

Cadernos de Saúde Pública , Rio de Janeiro, v. 19, n.supl. 2, p. S273-S282, 2003.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **Violência contra Crianças e**

**Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas** /

elaboração de Marcia Teresinha Moreschi, Brasília, 2018. Disponível em:

<<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-de-politicas-publicas-2.pdf>>. Acesso em: Fevereiro de 2021.

MAREUSE, Marcia Aparecida Giuzi. **A REPRESENTAÇÃO INFANTIL DA**

**VIOLÊNCIA NA MÍDIA: Uma perspectiva para repensar a Educação.** São Paulo 2007

LAURENTIZ, Silvia. **Mídia e Realidade**. São Paulo, Dez 2013. Tríade, Sorocaba, v.1, n.2, p 307-324. Disponível em : <<http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002654924.pdf>>. Acesso em: 15 de mar. 2021

MINAYO, MCS. **Violência e saúde** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Temas em Saúde collection. 132 p. ISBN 978-85-7541-380-7. Available from SciELO Books

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço**. Secretaria de Políticas de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: <[http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05\\_19.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf)> Acessado em: 15 de mar de 2021

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência contra crianças e adolescentes: questão social, questão de saúde**. Recife, 2001. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v1n2/v1n2a02.pdf>>. Acesso em: Março de 2021.

SENADO FEDERAL. **Código de defesa do consumidor e normas correlatas**. Brasília, 2017, 2. ed. Disponível em : <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/533814/cdc\\_e\\_normas\\_correlatas\\_2ed.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/533814/cdc_e_normas_correlatas_2ed.pdf)>, acesso em setembro de 2020.

SOUZA, Jhaína Aryce de Pontes e, SOBRINHO, Roberto Sanches Mubarak, HERRAN, Wallace Chriciano Souza. **RESSIGNIFICANDO OS CONCEITOS DE CRIANÇA E INFÂNCIA** – REVISTA AMAZÔNIDA, 2017, ANO 02, Nº 03, p. 113 –129 (ISSN: 2527-0141).

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **(Organização Mundial da Saúde) Documentos e publicações da Organização Mundial da Saúde**. Geneva, 2003. Disponível em <[http://www.who.int/topics/child\\_abuse/en/](http://www.who.int/topics/child_abuse/en/)> Acesso em: 15 de mar. 2021